



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

ASSUNTO:

(DO SR. LUIZ HENRIQUE) PMDB-SC

Estende ao Microagricultor e ao Micropecuarista o tratamento previsto na Lei Complementar nº 48, de 10 de dezembro de 1984, e na Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984.

DESPACHO: CONST. E JUSTIÇA - AGRICULTURA E POL. RURAL - FINANÇAS

A COM. DE CONST. E JUSTIÇA

em 25 de A B R I L de 19 85

## DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado Guido MOESCH, em 08.05.80 19

O Presidente da Comissão de Justiça 

Ao Sr. Deputado Renato Porteiro, em 29/05 1985

O Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

Ao Sr. Deputado Antônio Mazurek (VISTA), em 4/09 1985

O Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19 \_\_\_\_

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 269, DE 1. 985

(DO SR. LUIZ HENRIQUE)



Estende ao Microagricultor e ao Micropecuarista o tratamento previsto na Lei Complementar nº 48, de 10 de dezembro de 1984, e na Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984.

)AS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL E DE FINANÇAS).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Finanças em  
3.4.85

*[Assinatura]*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 269, DE 1985

Estende ao Microagricultor e ao Micropecuarista o tratamento previsto na Lei Complementar nº 48, de 10 de dezembro de 1984, e na Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984.

AUTOR: Deputado LUIZ HENRIQUE

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Incluem-se no tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista e creditício, de que trata a Lei Complementar nº 48, de 10 de dezembro de 1984, e a Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, o Microagricultor e o Micropecuarista.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por Microagricultor e Micropecuarista o proprietário rural cuja receita bruta anual não ultrapasse os limites previstos no art. 2º, § 3º, da Lei Complementar nº 48, de 10 de dezembro de 1984, e cuja propriedade não seja classificada como latifúndio, nos termos do art. 4º, item V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.





Art. 3º Além dos impostos previstos no art. 3º e no art. 11, respectivamente, das leis supra-referidas, ficam os Miniagricultores e Minopecuaristas isentos do Imposto Territorial Rural.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

#### JUSTIFICAÇÃO

A edição do estatuto da microempresa representou passo bastante significativo em termos de liberalização das normas jurídicas voltadas para esse segmento das nossas atividades econômicas.

A eliminação da carga tributária, previdenciária e dos entraves burocráticos tem expressiva significação para a vida desses entes, cuja grandeza somente pode dimensionada por aqueles que, no dia a dia, experimentam as angústias e incertezas dos mercados, principalmente nos períodos de conjuntura adversa.

Quando se fala em microempresa, entretanto, logo ocorre o conceito de atividades típicas do meio urbano, reflexo do quase absoluto desprezo às atividades ligadas à produção rural.





Com efeito, as atividades agropecuárias no Brasil, especialmente aquelas voltadas para a produção de gêneros de consumo interno, nunca mereceram a atenção que sua importância impõe. São freqüentes os anúncios de que o governo deve importar arroz, feijão, milho, cebola, e outros gêneros de ponderação significativa na mesa do consumidor doméstico, precisamente pela falta de estímulos para cultivo desses produtos. Os estímulos fiscais, creditícios e financeiros contemplam, hoje, basicamente as grandes empresas rurais de culturas voltadas para o atendimento do mercado internacional.

Este projeto de lei que ora submetemos à apreciação dos ilustres Pares tem por objetivo estender para os pequenos proprietários rurais, aqui denominados de Microagricultores e Micropecuaristas, os mesmos benefícios com que o aludido estatuto beneficiou as empresas urbanas. Os pequenos proprietários rurais respondem por aproximadamente 50% da oferta de gêneros de consumo interno e, a despeito desse fato, quase nenhum incentivo recebe dos órgãos governamentais.

Com a eliminação dos encargos fiscais e parafiscais e dos demais entraves de ordem administrativa estar-se-á contribuindo para a redução dos preços de tais gêneros e, de efeito, atacando um dos principais focos de realimentação inflacionária.

Dado o elevado sentido social do projeto, encarecemos dos ilustres Pares especial atenção quando da apreciação da matéria nos órgãos técnicos desta Casa.

Sala das Sessões, em                      de                      de 1985.

Deputado LUIZ HENRIQUE





LEI COMPLEMENTAR Nº 048, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1984

Estabelece normas integrantes do estatuto da Microempresa, relativas a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM e do Imposto Sobre Serviços - ISS.

.....

Art. 2º Para os fins previstos no artigo anterior, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, mediante Lei, definirão as microempresas em função das características econômicas regionais ou locais, atendendo, ainda, à participação efetiva dessas empresas na arrecadação dos tributos estaduais ou municipais.

§ 1º A definição da microempresa deverá ser feita de forma a que a isenção não acarrete perda de receita superior a 5% (cinco por cento) do montante estimado para a arrecadação do imposto isento, na forma do art. 3º desta Lei Complementar, e a que a receita bruta anual da microempresa não exceda o limite máximo, estabelecido em Lei Federal, para o seu tratamento favorecido e diferenciado.

§ 2º A definição a que se refere este artigo será baixada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da vigência desta Lei Complementar.

§ 3º Vencido o prazo referido no § 2º deste artigo, enquanto a Lei Estadual ou Municipal não estabelecer outra definição, considerar-se-á microempresa a que tiver receita bruta anual igual ou inferior a:

- a) 10.000 (dez mil) ORTN, no âmbito estadual;
- b) 5.000 (cinco mil) ORTN, no âmbito municipal.

§ 4º Para os efeitos previstos no §3º deste artigo,





tomar-se-á por referência o valor da ORTN vigente no mês de janeiro de cada ano, devendo a receita bruta anual ser apurada no período de janeiro a 31 de dezembro.

§ 5º No primeiro ano de atividade, o limite da receita bruta será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês da constituição da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano.

Art. 3º As microempresas definidas na forma do art. 2º desta Lei ficam isentas:

I - do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias, quanto às saídas de mercadorias e ao fornecimento de alimentação que realizarem;

II - do imposto municipal sobre a prestação de serviços de qualquer natureza.

Parágrafo único. A isenção referida no inciso I deste artigo não se estende às saídas de mercadorias, expressamente relacionadas em Lei estadual, que fiquem sujeitas ao regime de substituição tributária já instituído ou que venha, efetivamente, a se instituir no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da vigência desta Lei Complementar.



LEI Nº 7.256, De 27 de NOVEMBRO DE 1984

Estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial

.....

CAPÍTULO IV  
DO REGIME FISCAL

Art. 11. A microempresa fica isenta dos seguintes tributos:

I - imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza;

II - imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

III - imposto sobre serviços de transporte e comunicações;





IV - imposto sobre a extração, a circulação, e distribuição ou consumo de minerais do País;

V - (VETADO);

VI - contribuição ao Programa de Integração Social - PIS , sem prejuízo dos direitos dos empregados ainda não inscritos, e ao Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL;

VII - taxas federais vinculadas exclusivamente ao exercício do poder de polícia, com exceção das taxas rodoviária única e de controles metrológicos e das contribuições devidas - aos órgãos de fiscalização profissional;

VIII - taxas e emolumentos remuneratórios do registro referido nos arts. 6º e 7º desta Lei.

§ 1º A isenção a que se refere este artigo não dispensa a microempresa do recolhimento da parcela relativa aos tributos, a que se obriga por Lei, devidos por terceiros.

§ 2º As taxas e emolumentos remuneratórios dos atos subsequentes ao registro da microempresa não poderão exceder ao valor nominal de 2 (duas) Obrigações reajustáveis do tesouro Nacional - ORTN.

.....





CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEI Nº 4.504, de 30 de NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o estatuto da terra, e dá outras providências.

.....

Art. 4º Para os efeitos desta Lei definem-se:

I - "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

II - "Propriedade familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros;

III - "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior;





IV - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar;

V - "Latifúndio", o imóvel rural que:

a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea "b", desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;

b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural;

VI - "Empresa Rural" é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explora econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico.... VETADO .... da região, em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel, segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com fenfeitorias.

.....





CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 269/85

Estende ao Microagricultor e ao Micropecuarista o tratamento previsto na Lei Complementar nº 48, de 10 de dezembro de 1984, e na Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984.

AUTOR: Deputado LUIZ HENRIQUE

RELATOR: Deputado GUIDO MOESCH

R E L A T Ó R I O

Esta proposição inclui o Microagricultor e o Micropecuarista no tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista e creditício de que trata a Lei Complementar nº 48/84 e a Lei nº 7.256/84.

O projeto define o que se deve entender por Microagricultor e Micropecuarista concedendo, ainda, isenção do Imposto Territorial Rural.

É o relatório.



VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, deve-se salientar que este Projeto de Lei Complementar pretende conceder isenções e tratamentos favorecidos ou privilegiados que tanto foram concedidos por Lei Ordinária quanto por Lei Complementar. Assim, cum pre distinguir as matérias que deverão ser concedidas através de diploma legal adequado à sistemática constitucional.

O art. 19, § 2º, do Estatuto Político vigente estabelece que "a União, mediante lei complementar e atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos estaduais e municipais". Já quanto aos impostos de competência federal, deverão ser objeto de isenção por parte de lei ordinária.

No mais, trata-se de matéria da competência legislativa da União (art. 8º, XVII, "a") e da atribuição do Congresso Nacional (art. 43, caput), sendo legítima a iniciativa por parte de Deputado Federal (art. 56) pois o projeto cuida de matéria tributária.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa (com duas emendas) deste Projeto de Lei Complementar nº 269/85.

Sala da Comissão

*Flávio de Oliveira*  
Deputado GUIDO MOESCH  
- Relator -



CÂMARA DOS DEPUTADOS

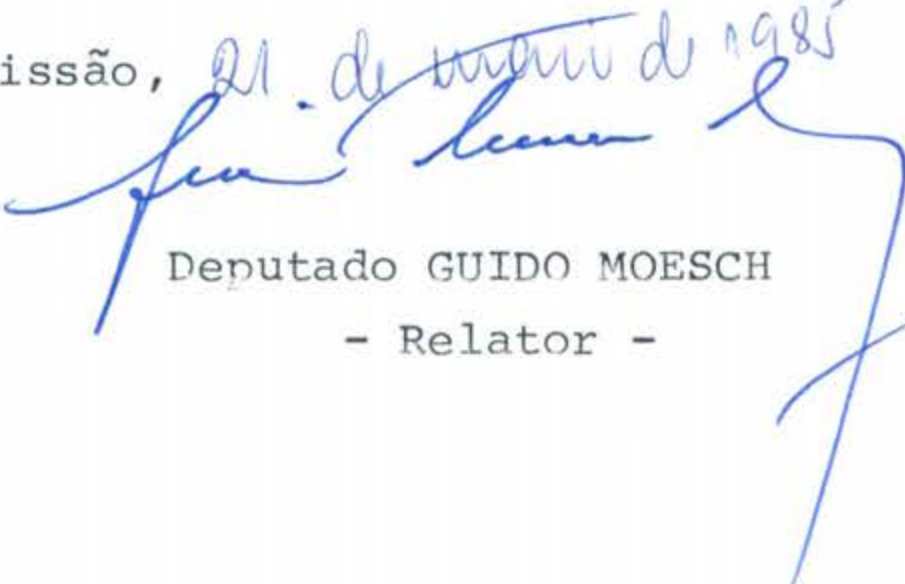


EMENDA Nº 1

AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 269/85

Suprima-se na ementa e no art. 1º do projeto a menção  
a Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 1985  
  
Deputado GUIDO MOESCH  
- Relator -





CÂMARA DOS DEPUTADOS



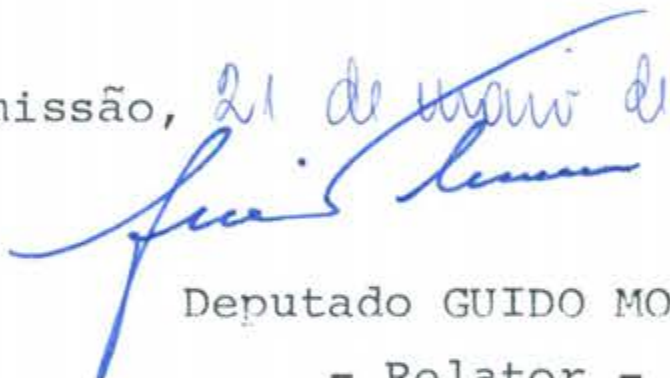
EMENDA Nº 2

AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 269/85

Suprima-se o art. 3º do projeto.

Sala da Comissão, 21 de maio de 1985.

  
Deputado GUIDO MOESCH  
- Relator -



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 269, DE 1985

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião ordinária de sua Turma "A" realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com duas emendas, do Projeto de Lei Complementar nº 269/85, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Aluizio Campos - Presidente, Joacil Pereira - Vice-Presidente, Brabo de Carvalho, João Divino, José Melo, Ernani Sátiro, Raimundo Leite, Guido Moesch, Hamilton Xavier, Natal Gale, Osvaldo Melo, Nilson Gibson e Gomes da Silva.

Sala da Comissão, 21 de maio de 1985

Deputado ALUÍZIO CAMPOS  
Presidente

Deputado GUIDO MOESCH  
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA




PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 269, de 1985

EMENDA Nº 01 ADOTADA PELA COMISSÃO

Suprima-se na ementa e no art. 1º do projeto a  
menção à Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984.

Sala da Comissão, 21 de maio de 1985

  
Deputado ALUÍZIO CAMPOS  
Presidente

  
Deputado GUIDO MOESCH  
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA




PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 269, DE 1985

EMENDA Nº 02 ADOTADA PELA COMISSÃO

Suprima-se o art. 3º do projeto.

Sala da Comissão, 21 de maio de 1985

  
Deputado ALUÍZIO CAMPOS  
Presidente

  
Deputado GUIDO MOESCH  
Relator





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL**

*Guia 48/87*



*32*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 269, DE 1985

"Estende ao microagricultor e ao micropecuarista o tratamento previsto na Lei Complementar nº 48, de 10 de dezembro de 1984, e na Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984."

Autor: Deputado LUIZ HENRIQUE

Relator: Deputado RENATO CORDEIRO

I - R E L A T Ó R I O

Objetiva a proposta em exame estender ao microagricultor e micropecuarista as vantagens da Lei Complementar nº 48, de 10 de dezembro de 1984 e da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984.

O art. 2º define essas duas classes de produtores rurais e o art. 3º isenta-as do pagamento do ITR.

Justificando, o Autor salienta que os pequenos proprietários rurais, apesar de responderem por 50% da produção de alimentos, recebem pouco incentivo do Governo.

Acredita o legislador que com a eliminação dos encargos fiscais e parafiscais e dos demais entraves da ordem admi



nistrativa, reduzir-se-á o preço dos produtos agropecuários, principal foco da inflação brasileira.

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou a matéria, apresentando duas emendas ao art. 1º e 3º do seguinte teor:

"Suprima-se na ementa e no art. 1º do projeto a menção à Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984."

"Suprima-se o art. 3º do projeto."

Esse órgão técnico propôs essas duas alterações, baseado na Constituição Federal (art. 19, § 2º), que estabelece o diploma legal adequado para conceder as isenções tributárias pretendidas. Portanto, trata-se apenas de inadequação do instrumento legal escolhido pelo proponente.

É atribuição deste órgão técnico, conforme dispõe o art. 28, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados manifestar sobre o mérito.

Sob esse aspecto, entendemos que a Proposta deve ser apoiada por este colegiado, pois pretende minimizar os problemas do pequeno proprietário brasileiro que, além de serem descapitalizados, são obrigados a contribuir tributariamente para os cofres públicos.

Mas, apesar de sacrificados e marginalizados pelo Poder Público, diante de sua pura e nula influência política,





são eles os que garantem mais da metade da oferta de alimentos no Brasil.

Portanto, não só pelo sentido social, mas inclusive pela importância econômica dos seus beneficiários para o País, consideramos bastante oportuna a proposta.

II - VOTO DO RELATOR

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 269, de 1985.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1985

Deputado RENATO CORDEIRO  
Relator

/amnf